

A USINA TOMBADA: O PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL EM RISCO E A USINA DO DUQUE DE AUMALE, JOINVILLE/SC

*THE MILL AS HERITAGE: THE AGROINDUSTRIAL HERITAGE
AT RISK AND THE DUKE OF AUMALE'S MILL, JOINVILLE/
SC, BRAZIL*

Wagner Cavalheiro¹
Roberta Barros Meira²
Mariluci Neis Carelli³

Resumo: O presente artigo pretende analisar o processo de tombamento da usina de açúcar do Duque de Aumale como patrimônio cultural do município de Joinville (SC) no ano de 2003. Reconstituindo sua trajetória histórica, buscamos compreender como as ruínas da usina foram transformadas em um patrimônio cultural de Joinville após 138 anos de sua construção, além de avaliar sua atual situação de patrimônio em risco. Foram utilizados como fontes primárias para a escrita deste trabalho documentos produzidos pela administração do Domínio Pirabeiraba, relatórios dos diretores da Colônia Dona Francisca, cartas, o jornal *Gazeta de Joinville*, o processo de tombamento da usina do Duque de Aumale de 2003 e relatórios produzidos pela Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural de Joinville.

Palavras-chave: usina do Duque de Aumale; açúcar; patrimônio agroindustrial.

Abstract: This article aims to analyze the process of listing the Duke of Aumale's sugar mill as a cultural heritage in the municipality of Joinville (SC), Brazil, in 2003. Reconstituting its historical trajectory, we seek to understand how the mill's ruins were transformed into a cultural heritage after 138 years of construction, in addition to evaluating its current situation of heritage at risk. As primary sources for this work, we used documents produced by the administration of the Pirabeiraba Domain, reports from the directors of Dona Francisca Colony, letters, *Gazeta de Joinville* newspaper, the process of transform Duke of Aumale's mill in heritage in 2003, and reports produced by the Commission for the Historical, Archaeological, Artistic and Natural Heritage of Joinville.

Keywords: Duke of Aumale's mill, sugar, agroindustrial heritage.

¹ Licenciado em História, mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville(Univille). E-mail: wagner.cavalheiro278@gmail.com

² Doutora em História. Professora da Universidade da Região de Joinville(Univille).E-mail: rbmeira@gmail.com

³ Doutora em engenharia de produção. Professora da Universidade da Região de Joinville(Univille).Email:mariluci.carelli@gmail.com

Introdução

O século XIX foi um período crucial de transformação da produção açucareira brasileira, resultado tanto dos projetos de modernização técnica da produção como do crescimento demográfico e da consequente ampliação de um mercado interno. Essas transformações impactaram e ampliaram a paisagem açucareira para além das regiões tradicionais de produção, em sua maioria no nordeste. As províncias do sudeste, que apresentavam o maior crescimento demográfico¹ na época, proporcionaram o aumento do consumo de açúcar, o que tornava a venda do açúcar brasileiro no mercado interno uma possibilidade ante as dificuldades no mercado internacional (EISENBERG, 1977). A explosão demográfica na Região Sudeste trouxe consigo o aumento da demanda de açúcar, e, não por coincidência, quando iniciada a aplicação do projeto de engenhos centrais subsidiados pelo governo na década de 70 do século XIX, foram os produtores de açúcar da Região Sudeste que se posicionaram como primeiros da fila para começar a modernização (MELO, 2009, p. 104).

Na província de Santa Catarina, o século XIX também foi marcado pela expansão demográfica², justificada em grande parte pelo fluxo de imigrantes enviados com os objetivos de ocupação territorial e fortalecimento das fronteiras sulistas (MAKINO, 1971-1974). Nesse processo de ocupação territorial e adensamento populacional, que levou à criação de cidades no século XIX, na província de Santa Catarina, podemos observar a transformação e a dinamização em vários setores econômicos, buscando adequar-se ao novo contexto. Na região nordeste de Santa Catarina, a lavoura de cana-de-açúcar já estava presente antes do século XIX. De estatura pequena, buscava atender ao consumo interno regional tanto de açúcar como de água ardente, entre outros derivados (CAVALHEIRO; MEIRA; CARELLI, 2021).

Com a explosão populacional e a nova relação fundiária estabelecida pela Lei de Terras (1850)³, o fortalecimento de uma economia açucareira na região teve a oportunidade de se desenvolver. A tentativa da Colônia Dona Francisca de viabilizar a colonização a curto prazo para estabilizar o projeto colonial, a necessidade dos imigrantes de obter uma fonte de renda adequada e o plano dos Orleans de valorização fundiária encontraram no setor açucareiro um ponto comum de dedicação. Com investimentos do Duque de Aumale, um grande complexo fabril foi instalado na região entre os rios Cubatão e Pirabeiraba. Cercado pela lavoura canavieira, o complexo tornar-se-ia o principal produtor de açúcar da província, no século XIX, e seria apresentado e valorizado na região como um símbolo de modernidade e civilização.

Logo, buscamos compreender neste estudo como os impactos da economia açucareira transformaram a paisagem cultural da região nordeste de Santa Catarina, no século XIX, e quais foram os desdobramentos desses impactos na definição do patrimônio cultural da cidade de Joinville, que resultaram no tombamento das ruínas da usina do Duque de Aumale em 2003.

Procuramos suporte à ideia apresentada por Francisco Carlos Teixeira da Silva sobre a importância de levar em conta os vários aspectos da formação histórica de uma paisagem (SILVA, 1997, p. 297). Para tanto, buscamos via análise documental discutir a trajetória histórica do engenho do Duque de Aumale, com fontes do século XIX produzidas pela administração do Domínio Pirabeiraba, do Domínio Dona Francisca e da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, bem como o jornal *Gazeta de Joinville*, além de fontes do século XXI, como o processo de tombamento das ruínas da usina e os relatórios dos arquitetos da Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan).

Pirabeiraba: o núcleo açucareiro do nordeste catarinense

A criação de núcleos coloniais com a imigração europeia, no século XIX, contribuiu para consolidar o mercado consumidor interno e, conseqüentemente, elevou a demanda catarinense de açúcar em um curto espaço de tempo, o que, em uma província secundária na produção açucareira, resultou no aumento de importação do produto pelo comércio interprovincial e de estímulo ao desenvolvimento da indústria sacarina regional (SANTOS, 1994). Nesse contexto, o projeto imigrantista aplicado no nordeste de Santa Catarina ganhou corpo, tendo originado uma nova paisagem cultural na região.

Em 1843, na ocasião do casamento da princesa imperial Dona Francisca de Bragança com o Príncipe de Joinville, Francisco de Orleans, foi confirmado o acordo que estabelecia o dote principesco, incluindo a aceitação de uma parte do valor em forma de propriedade fundiária (FICKER, 2008). Em 1848, quando do exílio da família real francesa na Inglaterra, o Príncipe de Joinville perdeu suas propriedades em solo francês e suas funções na marinha, o que o motivou a conceder, em 1849, plenos poderes ao seu representante Louis François Léonce Aubé⁴ para que este travasse contato com os empresários hamburgueses e negociasse com eles a realização de um projeto de colonização nas terras dotais (FICKER, 2008).

Em 1846, havia sido estabelecida na cidade de Hamburgo a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, uma empresa idealizada pelo senador hamburguês Christian Mathias Schroeder que congregava entre seus acionistas banqueiros, comerciantes, armadores e políticos regionais e que visava aproveitar o crescente mercado de

imigração europeia para a América. A cidade de Hamburgo, na época, funcionava como o grande porto do norte da Europa central, recebendo fluxo mercantil e migratório dos diversos países ao seu redor. O senador Schroeder havia, ao longo dos anos, atuado no comércio entre Brasil e Hamburgo, principalmente na importação de café e açúcar (FERREIRA, 2019).

O interesse nacional de ocupação territorial na Região Sul do país, o desejo dos príncipes de valorização do preço da terra concedida em complemento do dote e o interesse de investidores hamburgueses no crescente negócio de transporte de imigrantes da Europa para a América resultaram no acordo estabelecido entre o Príncipe de Joinville e a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, em 1849. Conforme o acordo, o primeiro comprometeu-se a conceder 8 léguas de terra em troca do envio e do estabelecimento de núcleos coloniais na região (FERREIRA, 2019). O projeto de colonização, nomeado de Colônia Dona Francisca, começou a ser instalado em 1851, com a chegada dos primeiros imigrantes.

Em 1861, um acordo realizado entre o Príncipe de Joinville e seu irmão Henrique Eugênio, o Duque de Aumale⁵, possibilitou a aquisição de parte das terras dotais pelo duque, mais precisamente 4 milhões de braças quadradas entre o Rio Pirabeiraba e o Rio Cubatão. A paisagem da região sofreu uma mudança drástica nos anos seguintes, iniciando-se, ainda em 1861, o desmatamento e a exploração da madeira nativa, que era enviada para a serraria do príncipe, às margens do Rio Cubatão, e comercializada em diversas regiões como Porto Alegre, Rio de Janeiro e até Montevideú (FICKER, 2008).

A terra entre os rios Cubatão e Pirabeiraba adquirida pelo Duque de Aumale seria nomeada, em 1861, Domínio Pirabeiraba, uma referência ao nome da empresa de seu irmão, o Domínio Dona Francisca. A criação do Domínio Pirabeiraba foi um acréscimo ao já complexo sistema administrativo da região, que era perpassado pelos interesses dos investidores hamburgueses, do príncipe e do duque. As três empresas atuavam como as principais instituições da região, na década de 60 do século XIX: a diretoria da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, que em teoria buscava desenvolver a colonização segundo os planos estabelecidos pela sede hamburguesa; o representante do Príncipe de Joinville, que administrava os rendimentos do Domínio Dona Francisca resultantes da venda de lotes e de produtos do extrativismo e de arrendamentos; e o representante do duque, que devia administrar os rendimentos de arrendamento de terras, venda de lotes, extrativismo de madeira e principalmente a produção canavieira, que assumiu desde cedo o papel principal no Domínio Pirabeiraba. É importante destacar que o emaranhado entre as referidas

instituições era complementado pela troca de administradores, que em alguns momentos assumiam a direção de mais de uma delas⁶ (FICKER, 2008).

O território que formava o Domínio Pirabeiraba ficava ao norte da Colônia Dona Francisca e seria, ao longo do tempo, ampliado pela aquisição de novas terras, ultrapassando o limite norte do Rio Pirabeiraba, tendo sempre como limite sul o território demarcado pelo Rio Cubatão (SCHMALZ, 1989). Segundo relato do diretor da colônia Johann Otto Louis Niemeyer⁷, as terras ao norte da Colônia Dona Francisca eram de boa qualidade, incluindo as do vale do Rio Cubatão, que perfaziam o limite sul da propriedade e que ficavam a apenas 300 metros de distância do centro da usina de açúcar (NIEMEYER, 1868).

A segunda metade da década de 60 e o início da década de 70 do século XIX observaram a construção dos primeiros edifícios daquele que seria o principal complexo canavieiro do nordeste catarinense no século XIX, de modo que a região foi gradualmente preparada para atender às demandas vindouras da sociedade açucareira que ali se instalara.

Além de analisar o potencial econômico da terra dentro dos limites da Colônia Dona Francisca, a direção colonial verificava os investimentos relacionados ao príncipe e ao duque, visto que em seus relatórios endereçados à cidade de Hamburgo se comentava sobre o crescimento do setor açucareiro representado pelos investimentos do duque e se ponderava acerca dos benefícios provenientes ao empreendimento colonial (SOCIEDADE COLONIZADORA, 1892).

Paralelamente à formação da lavoura canavieira, à construção dos edifícios e à instalação de máquinas, nesse período, os funcionários da fazenda, vinculados ao trabalho na usina, começaram a se fixar nas proximidades, fomentando a criação de um núcleo de moradores formado pelos funcionários e seus familiares. O núcleo possuía casas, estabelecimentos de serviços, comércio de bens de consumo e escola (SCHMALZ, 1989).

O empreendimento e a sociedade açucareira formada pela usina do Duque de Aumale expandiram-se rapidamente nas décadas de 70, 80 e 90 do século XIX. É perceptível, durante essas décadas, o aumento das instalações da usina e da lavoura, além da compra de maquinário moderno e de trilhos de trem para o transporte da cana que percorriam quilômetros entre a plantação até o centro da usina para levar a matéria-prima ao destino (SCHMALZ, 1989).

As novas instalações açucareiras, situadas ao norte do núcleo colonial, não estavam dissociadas da colonização central, pois, apesar de estarem fora dos limites da Colônia Dona Francisca, a ideia de negócio era integrada ao processo colonizador,

buscando nele o desenvolvimento de uma mão de obra estável e a segurança do mercado consumidor interno. Paralelamente, a própria população imigrante começou a desenvolver vínculos com o empreendimento, realizando festas, passeios e encontros em suas dependências, assim firmando a relação da população para além do trabalho e da produção (FICKER, 2008).

No século XIX e no início do século XX, a cidade de Joinville cresceu e se desenvolveu, passando de colônia para município, chegando a ocupar o posto de maior cidade do norte catarinense. Durante esse período, a economia açucareira na região se aprimorou, tendo como principal impulsionadora a usina do Duque de Aumale. No entanto, com a morte do duque e a divisão dos bens entre seus sobrinhos, problemas administrativos começaram a afetar o empreendimento, com acusações de corrupção contra o representante dos herdeiros e outros funcionários administrativos, levando os Orleans a venderem suas propriedades no Brasil e ao encerramento dos trabalhos da usina do Duque de Aumale, que teve suas terras divididas em partes menores e vendidas na década de 20 do século XX (COLEÇÃO CARLOS FICKER, Dossiê: Carta e Ofício, Embalagem: 26).

Usina tombada: a patrimonialização das ruínas do açúcar

Na venda das terras que formavam o patrimônio dos herdeiros tanto do Duque de Aumale como do Príncipe de Joinville, algumas famílias de funcionários da usina adquiriram lotes de terras, permanecendo na região. A formação de uma comunidade de pequenas propriedades familiares significou a continuidade da vida da lavoura açucareira e da produção de seus derivados por meio de pequenos engenhos. Sendo assim, mesmo com o impacto decorrente do fechamento da usina do Duque de Aumale, a sociedade açucareira regional resistiu até a década de 70 do século XX. Outras usinas foram instaladas na região, aproveitando-se da produção canavieira local para abastecer suas fábricas de matéria-prima. Até os tempos recentes, a produção agrícola canavieira pautada pela pequena propriedade familiar era uma das mais relevantes do município, com a maior produção em toneladas de produto agrícola⁸.

Desde a finalização dos trabalhos no complexo usineiro do duque, no início da década de 1920, até o tombamento das ruínas remanescentes, em 2003, decorreram oito décadas. No dia 7 de agosto de 2002, em pouco menos de um parágrafo, é posta em ata da Comphaan (2003) a proposta de tombamento, e em 19 de fevereiro de 2003 a proposta foi aprovada. Também nesse processo se encontra o documento do dia 22 de setembro de 2003, que serve de aviso aos proprietários sobre a nova condição do imóvel. Logo, concluímos que a coleta de informações a respeito das

ruínas foi realizada entre os meses de fevereiro e setembro. Não obstante, nesse espaço de tempo entre aprovação e notificação, não foi realizado laudo histórico que consideraria a complexidade do objeto como parte da paisagem e da história açucareira de Joinville, contando o processo com apenas uma série de fotografias feita em 2003 e documentos relacionados aos registros cartoriais da propriedade desde 1978 (COMPHAAN, 2003).

O bem tombado, um terreno de 10.988,40 m², pertencente à empresa SET Construções e Empreendimentos LTDA, aparecia no registro de imóveis e nas plantas do Projeto Condomínio de Chácara Cubatão Velho como local de lazer 1, onde seriam construídos a administração e o centro de convivência do condomínio. Na mesma planta, é visível a representação das ruínas da usina, nomeadas como “antigo depósito”. Além disso, as fotos do edifício antes da patrimonialização denunciam a urgência do tombamento. O complexo da usina estava em completo estado de abandono, parte das edificações já havia caído, restando uma parcela ínfima do total. Ou seja, como podemos verificar na figura 1 era questão de tempo para que as ruínas remanescentes de um rico patrimônio rural viessem por terra (COMPHAAN, 2003).

Figura 1 – Fotografia da área interna anexa ao processo de tombamento das ruínas da Usina do Duque de Aumale, datada de 2002.



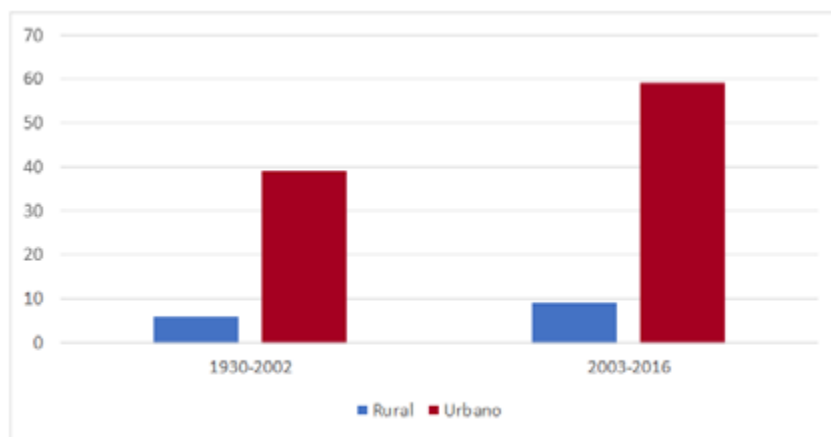
Fonte: COMPHAAN. Processo Administrativo de Tombamento, 2003.

O ponto central do processo de tombamento da usina é a salvaguarda de algo na iminência de desaparecer. Além disso, o processo está inserido em uma perspectiva patrimonial em constante mutação, que pode indicar a expansão do conceito de patrimônio em Joinville nos últimos anos, iniciando um afastamento da visão que impulsionou o centenário de 1951 e que buscava lidar com o contexto de tensões

étnicas do período pós-Nacionalização e propagandear o desenvolvimento industrial e urbano da cidade (SILVA, 2004).

A pesquisadora Christiane Heloisa Kalb (2017) salienta que, apesar da existência de fases na patrimonialização joinvilense, o olhar dominante da Fundação Cultural Catarinense e de Joinville é a perspectiva étnica, servindo como um caminho central, mas que em dados momentos poderia ser atravessada por perspectivas transversais, como viés econômico, do trabalho etc. Em outra pesquisa, também Christiane Heloisa Kalb e Maria Bernardete Ramos Flores (2017) demonstram que o discurso patrimonial de Joinville se materializa principalmente na área urbana, como fica evidenciado pela disparidade de bens tombados (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Demonstrativo da disparidade entre bens tombados na zona rural e na zona urbana da cidade de Joinville (SC): perfil dos tombamentos da cidade por localização.



Fonte: Kalb e Flores (2017).

O evidente domínio da perspectiva étnica e urbana em Joinville causou danos irreparáveis ao conjunto do patrimônio joinvilense, pois, enquanto regiões centrais da cidade foram privilegiadas e grupos urbanos e empresariais tiveram suas marcas reconhecidas e chanceladas pelo patrimônio cultural, a paisagem rural de Joinville no século XX foi relegada à coadjuvante de uma paisagem urbana próspera por si mesma.

É nesse contexto que o tombamento da usina vem como um sinal de alerta, pois a prosperidade que a economia açucareira representou para a região, nos séculos XIX e XX, e a própria natureza da colônia agrícola Dona Francisca foram eclipsadas pelo discurso étnico pós-Nacionalização de Vargas. Aos poucos, a usina foi esquecida e com ela o rural foi abandonado, fortalecendo a representação de Joinville como uma cidade de costas para o mar e para o rural.

Ao analisar as ruínas hoje em dia, enquanto bem tombado, podemos observar a relação intrincada do objeto com o mundo ao redor, compondo uma paisagem histórica e atual da região. Ainda às margens do Rio Cubatão e envoltas por uma série de vestígios de uma sociedade açucareira, como lavoura de cana-de-açúcar e pequenos engenhos, conseguimos visualizar a transformação constante daquilo que o geógrafo Jean-Marc Besse (2013, p. 35) coloca como central para a compreensão da paisagem: o local do habitar.

Pela análise dos relatórios produzidos recentemente por membros da Comphaan⁹, constatamos que as ruínas ainda enfrentam o risco iminente de desaparecer. No relatório técnico n.º 089.2018, assinado pelos arquitetos Marcus Vinicius Ramos Filho e Karenina Urriola Mendez, concluiu-se que o edifício apresentava alterações realizadas de forma inadequada e que atentavam contra o princípio da originalidade do prédio, modificando estrutura e materiais:

Em vistoria realizada na Chácara Cubatão, propriedade que faz parte do imóvel tombado, no dia 17 de dezembro de 2018, foi constatada a supressão de porta em madeira, destruição do vão com verga em arco da porta de madeira, e abertura de vão na fachada sul, com grandes dimensões, verga reta, e utilização de reboco aparentemente de cimento (JOINVILLE, 2018a, p. 1).

No relatório técnico n.º 021.2020, assinado pela arquiteta Ana Carolina Moura, foi reafirmado que o edifício vem sofrendo, nos últimos anos, agressões contra sua estrutura, provocando danos que afetam tanto a originalidade do bem quanto a segurança do edifício: “Deste modo, constata-se que as alterações feitas no imóvel tombado são, de fato, irreversíveis e que, dadas as datas de vistoria e as condições encontradas no imóvel após o arrombamento citado na defesa, tais alterações não se justificam como sendo emergenciais” (JOINVILLE, 2020, p. 1-4).

A presente situação em que se encontra o bem tombado é indício de como o patrimônio cultural de Joinville sofre risco diário diante de interesses e ações danosas, mesmo possuindo amparo legal (Figura 2). Nesse ponto, sofre mais o patrimônio rural, que, por sua localização e pela tradição joinvilense de não direcionar o olhar para os bens rurais, fica à mercê de todo tipo de ataque, tendo o risco de alguma providência ser tomada tardiamente, custando a deterioração irreversível de um símbolo de relevância histórica ímpar para a região.

Figura 2 – Ruínas tombadas da Usina do Duque de Aumale em 2021, onde fica visível alteração estrutural de abertura de vão na fachada sul e utilização de cimento.



Fonte: Acervo pessoal de Wagner Cavalheiro.

André Ferrão (2020, p. 83-85) defende a importância de preservar a cultura e o patrimônio rural brasileiro. A seu ver, precisamos pensar em processos de patrimonialização que englobem os modos de vida e a cultura material, muitas vezes distantes da valorização dos espaços urbanos e industrializados. O autor destaca os poucos avanços, ainda muito restritos às casas de fazenda do nordeste açucareiro e do sudeste cafeeiro, não fazendo jus à riqueza de um patrimônio que abarca paisagens culturais e elementos materiais e imateriais¹⁰, como capelas, casas rurais, antigos engenhos e casas de máquina, modos de fazer, cultura caipira, entre outros elementos. Nesse sentido, para ele, o patrimônio rural precisa ser integrado aos processos de tombamento, registro e chancela que ocorrem nos espaços urbanos.

Releva notar que o patrimônio rural também pode ser analisado sobre a perspectiva do patrimônio agroindustrial e de um patrimônio em risco de desaparecimento. Ou seja, como afirma Szmrecsányi (1979), para além dos canaviais, o açúcar constitui na realidade um artigo manufaturado cuja fabricação requer uma infraestrutura industrial bastante complexa. Mesmo quando praticada em moldes primitivos, essa fabricação envolve uma elaborada tecnologia de processamento.

O patrimônio industrial ainda faz parte de uma discussão recente, iniciada no pós-1960, influenciada pelas demolições das fábricas e estações ferroviárias, além do descarte indiscriminado de maquinário e acervos que possuíam valor tecnológico, arqueológico, científico e histórico (RUFINONI, 2020, p. 233-237). Se os

processos de tombamento de antigas fábricas têxteis e estações ferroviárias têm tido sucesso limitado, a localização dos espaços rurais parece tornar-se um fator a mais de impedimento.

Além disso, a especulação imobiliária tem se constituído como um dos principais fatores que coloca o patrimônio rural ou agroindustrial em risco. No caso em análise, as transformações na região de entorno da usina continuam ocorrendo, tornando a área, nos últimos anos, uma zona de interesse imobiliário e construindo uma paisagem híbrida de crescente urbanização; a lavoura vai cedendo espaço a muros, casas e estabelecimentos de alto valor aquisitivo. O risco da integração da região à urbanização imobiliária lança a possibilidade de os últimos vestígios da história agrária do açúcar em Joinville se perder, pois, se um símbolo tão relevante historicamente como a usina do Duque de Aumale foi posto em risco e segue ameaçado, qual seria o impacto dessa inconsciente urbanização para a memória joinvilense?

Considerações finais

Buscamos, por meio da presente pesquisa, contribuir com o conhecimento histórico sobre a sociedade açucareira da região de Joinville nos séculos XIX e XXI, evidenciando os pontos de identificação com o contexto nacional, como o desejo da modernização da agricultura e a formação de uma sociedade açucareira tardia, vinculada ao processo de imigração do século XIX. Além disso, evidenciamos a integração da então nascente cidade de Joinville com a agroindústria açucareira, a importância da história agrária da cidade e as possibilidades de enxergá-la não apenas pelo viés de um passado rural, mas como uma paisagem rural viva que continua servindo de hábitat territorial e cultural das comunidades joinvilenses rurais e urbanas.

Como buscamos demonstrar, a usina do Duque de Aumale é um empreendimento açucareiro nascido no interior da colonização, atuando não apenas na absorção de mão de obra livre disponibilizada pelo crescimento demográfico proporcionado pela imigração, como também no atendimento da demanda regional pelo consumo dos derivados da lavoura canavieira. Outro aspecto que destacamos do empreendimento açucareiro do Duque de Aumale é o papel simbólico que ele representava para os joinvilenses no século XIX, sendo uma espécie de cartão de visitas da colônia e futura cidade, pois, nascida em um tempo impregnado pelo desejo de modernização, a usina se erguia como um farol, uma engrenagem do projeto colonizador e civilizacional.

A patrimonialização de bens foi influenciada pelos contextos históricos e grupos sociais de maior poder e contribuiu para a lembrança de determinados grupos

e lugares em detrimento de outros. Com a ampliação dos estudos sobre o patrimônio cultural nos últimos anos, conseguimos expandir as discussões transversais ao discurso predominante da etnicidade, procurando evidenciar aspectos como a paisagem cultural e suas relações com a economia, o trabalho, a agricultura, a alimentação etc.

No caso das ruínas da usina do Duque de Aumale, entender o patrimônio tombado como parte de uma paisagem cultural, que é historicamente construída e que ainda resiste e compartilha vestígios, é fundamental para garantir a integração das regiões de Joinville e preservar conhecimentos e saberes vinculados ao rural perante o crescimento urbano. Fica visível a relação intrínseca entre o bem cultural tombado como um símbolo, um semióforo, um elemento que em uma paisagem cultural funciona como um guia para o não esquecimento do passado, pois todo passado corre o risco de ser esquecido, desde que não se busque conhecê-lo.

Inserir a experiência histórica da usina do Duque de Aumale nos séculos XIX e XX no amplo quadro da bibliografia nos possibilitou avançar no estudo regional do tema e, assim, evidenciar o impacto histórico desse empreendimento na constituição de uma paisagem rural em Joinville. Nesse sentido, nosso trabalho buscou contribuir como forma de construir a narrativa histórica de um bem tombado que durante anos viveu sob a alcunha de “antigo depósito” e que apenas há 14 anos foi reconhecido em suas ruínas como um importante elemento cultural de Joinville.

Destacamos que o processo de tombamento, apesar de tardio, foi essencial para a continuidade do edifício, pois as condições físicas em que o prédio se encontrava, no início do século XXI davam sinais claros de iminente destruição. Apesar de uma vitória, a conclusão rápida do processo de tombamento não assegurou uma recuperação imediata da história do edifício nem da paisagem açucareira, e, como averiguamos nos relatórios atuais da Comphaan sobre a conservação do bem tombado, nem mesmo a integridade estrutural e a originalidade foram completamente asseguradas pelo dispositivo legal.

O estudo do engenho do Duque de Aumale apresenta-se, assim, como um eixo possível para repensar o discurso patrimonial joinvilense, que, marcado pela hegemonia étnica e urbana, busca evidenciar o caráter germânico urbanizado como centro modernizador, desfavorecendo a relação da cidade com sua zona rural e, conseqüentemente, com seus cidadãos multiétnicos que habitam o rural. Apesar da perspectiva patrimonial hegemônica em Joinville de refletir o discurso étnico do imigrante germânico e urbano, apresentando descaso e abandono em relação à experiência rural, a paisagem rural do século XIX ao redor da usina do Duque de Aumale ainda persiste em seus vestígios culturais, sejam eles materiais, sejam imate-

riais, constituindo fonte valiosíssima para o conhecimento histórico da experiência humana no tempo e no espaço.

Enfim, consideramos necessário um olhar diverso e interdisciplinar para a área patrimonial, de modo a evitar grandes e irreparáveis perdas para a cidade de Joinville.

Referências

- BESSE, Jean-Marc. Estar na paisagem, habitar, caminhar. In: CARDOSO, Isabel Lopes (org.). *Paisagem e patrimônio: aproximações pluridisciplinares*. Portugal: Dafne/Chaia, 2013. p. 33-56.
- CAVALHEIRO, Wagner; MEIRA, Roberta Barros; CARELLI, Mariluci Neis. A cristalização do açúcar e da ciência na segunda metade do século XIX. *Fronteiras, Florianópolis*, n. 37, p. 204-225, 2021.
- CHISHOLM, Hugh. *The Encyclopaedia Britannica*. Cambridge: University Press, 1910.
- COLEÇÃO CARLOS FICKER, Dossiê: Carta e Ofício, Embalagem. Arquivo Histórico de Joinville. v. 26.
- COMISSÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E NATURAL (COMPHAAN). Processo administrativo de tombamento. Joinville: Secult; Comphann, 2003.
- EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FERRÃO, André Munhoz de Argollo. Patrimônio rural. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. *Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 83-86.
- FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. *Terra, trabalho e indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville) Santa Catarina, 1850-1920*. 2019. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- FICKER, Carlos. *História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca*. 3. ed. Joinville: Letradágua, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Açúcar: em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no nordeste canavieiro do Brasil*. Pernambuco: IAA, 1969.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Série estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.
- JOINVILLE. Comissão do Patrimônio Cultural (CPC). Secretaria de Cultura e Turismo (Secult). Relatório n.º 021.2020: relatório técnico. Fiscal: Ana Carolina Moura. Joinville: CPC/Secult, 2020.
- JOINVILLE. Comissão do Patrimônio Cultural (CPC). Secretaria de Cultura e Turismo (Secult). Relatório n.º 089.2018: Relatório técnico. Fiscais: Marcus Vinicius Ramos Filho e Karenina Urriola Mendez. Joinville: CPC/Secult, 2018a.
- JOINVILLE. Joinville: cidade em dados 2018: promoção econômica. Joinville, 2018b.
- KALB, Christiane Heloisa. A (des)construção do inventário de patrimônio cultural de Joinville – SC: disputas, discursos e interesses antagônicos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 3., 2017. *Anais* [...]. Florianópolis: Udesc, 2017.
- KALB, Christiane Heloisa; FLORES, Maria Bernardete Ramos. O campo do patrimônio cultural da cidade de Joinville (2013-2016): agentes, limites e diagnóstico. *Revista Latino-Americana de Estudos*

em Cultura e Sociedade, v. 3, n. 2, p. 172-189, 2017.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Lech, 1979.

MAKINO, Miyoco. Contribuição ao estudo de legislação sobre núcleos coloniais do período imperial. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XXV, p. 79-129, 1971-1974.

MELO, José Evando Vieira de. *O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910)*. São Paulo: USP, 2009.

NIEMEYER, Johann Otto Louis. Carta ao presidente da província de Santa Catarina. 25 jan. 1868.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Patrimônio industrial. *In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 233-236.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Algumas fontes para o estudo da economia catariense do fim do século XIX: os relatórios da alfândega do Desterro. *Agora*, n. 19, 1994.

SCHMALZ, Odete. *Um ducado francês em terras principescas de Santa Catarina*. Joinville: Univille, 1989.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SILVA, Janine Gomes da. *Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização:*

histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SOCIEDADE COLONIZADORA. Relatórios de 1851 a 1892: ano 1849. Sociedade Colonizadora. 1892. Tradução de Helena Remina Richlin. Arquivo Histórico de Joinville.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

Notas

- ¹ Minas Gerais tinha 350 mil habitantes em 1808 e chegou a 2.102.689 em 1872, consolidando sua posição de maior província em número de habitantes no século XIX. O Rio de Janeiro, com 235.079 em 1808, chegou a 1.094.576 habitantes em 1872. São Paulo, que em 1808 tinha contabilizado 200.408 habitantes, fechava 837.354 habitantes no ano de 1872 (IBGE, 1986, p. 29).
- ² A província de Santa Catarina, em 1808, registrava 38.687 habitantes, chegando a contabilizar 200 mil habitantes em 1867 (IBGE, 1986, p. 29).
- ³ A Lei n.º 601, sancionada em setembro de 1850, determinava que as terras devolutas somente poderiam ser adquiridas por compra. De forma estratégica, a lei foi aprovada 14 dias após o fim do tráfico de escravizados africanos. Como destaca José de Souza Martins (1979, p. 9), a “Lei de Terras instituiu um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra da terra”.
- ⁴ Nascido em 1816 e formado pela Escola Politécnica e pela Escola de Minas de Paris, Louis François Léonce Aubé foi escolhido, em 1844, como representante do Príncipe de Joinville e, portanto, responsável pela seleção das terras dotais concedidas em complemento ao dote da Princesa Dona Francisca. Em 1846, foi nomeado vice-cônsul francês em Santa Catarina, até a Revolução de 1848, que destronou os Orleans, obrigando-os a deixarem suas funções consulares e levando-os a se dedicarem como representantes do príncipe no Brasil.
- ⁵ Nascido em 1822, Henrique Eugênio Filipe Luís de Orleans, Duque de Aumale, foi o penúltimo filho a nascer da união entre o Rei Luís Filipe I, da França, com sua esposa, Maria Amélia das Duas Sicílias. Em 1830, com a morte do último dos príncipes de Condé, o jovem duque herdou uma fortuna que era considerada um dos maiores patrimônios imobiliários e artísticos da França. Em 1844, casou-se com Maria Carolina de Bourbon – Duas Sicílias. Exilado na Inglaterra, de 1848 até 1871, dedicou-se aos estudos históricos e militares, enquanto na política foi ferrenho opositor de Napoleão III. Dedicou-se aos estudos históricos e literários e, desde 1871, era membro do Instituto de França. Em 1886, já com 64 anos, viúvo e sem filhos vivos, o duque deixou, ainda em vida, como legado para o instituto, o Palácio de Chantilly, com sua coleção de arte e sua estimada coleção de livros. Mor-

reu em 1897, em um vinhedo de sua propriedade na localidade de Zucco, na província de Palermo (CHISHOLM, 1910, p. 920-921).

⁶ Essa situação poderia gerar conflito de interesses em alguns momentos, como, por exemplo, na venda de lotes de terra aos imigrantes, pois o representante/diretor poderia privilegiar uma das empresas em detrimento da outra.

⁷ Nascido em 1825, foi oficial do exército libertador de Schleswig-Holstein durante a Primeira Guerra do Eslévico, entre 1848 e 1854. Em 1858 veio para o Brasil em viagem e, em 1860, em uma visita para Hamburgo, foi convidado pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo para assumir a direção da colônia, onde seu irmão Otto Niemeyer já ocupava o cargo de subdelegado. Chegou à colônia no dia 14 de setembro de 1860, acompanhado do novo representante do Príncipe de Joinville, Emile Mathorel. Niemeyer atuou como diretor da colônia de 1860 até 1873 (FICKER, 2008, p. 199).

⁸ Em 2017 foram produzidas 84 mil toneladas de cana-de-açúcar em Joinville e 22.120 toneladas de arroz (JOINVILLE, 2018b, p. 33).

⁹ Nossos agradecimentos a colaboração da Comphaan e seus membros, que, de forma solícita, compartilharam documentos rela-

-cionados ao tombamento e à fiscalização do patrimônio tombado.

¹⁰ Por exemplo, citamos o levantamento e a análise do rico acervo de receitas do nordeste açucareiro feitos por Gilberto Freyre (1969) e que pode ser encontrado nas diversas regiões açucareiras do país.